

Relatório de Controle Interno



PREVIGUABA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS
DO MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE

2º Semestre

2022

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE

R. Altieres Mello dos Santos, 20 - Cidade Nova, Iguaba Grande - RJ, 28960-000
Telefones: (22) 2624-1334 | (22) 98137-7637

Rogério Maia Vieira
Presidente

Antonio Marcos Batista Mairink
Diretor de Previdência

Victor Medeiros Mendes da Silva
Diretor de Administração

Rosana Aparecida Rodrigues Alves
Diretor de Contabilidade e Finanças

HISTÓRICO DE VERSIONAMENTO

Título Relatório de Controle Interno	Autor Controlador Interno	Elaborado em 04/04/2023	Homologado por Diretoria Executiva	Homologado em 27/04/2023	Instrumento Homologação Ata da 1ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva
Aprovador Conselho de Administração	Data da Aprovação 27/04/2023	Instrumento de Aprovação Ata da 1ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração		Versão 1.0	Data da Próxima Revisão 25/07/2023



Sumário

INTRODUÇÃO	4
ÁREAS ANALISADAS	4
BENEFÍCIOS E SEGURADOS	4
FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS	5
INVESTIMENTOS E META ATUARIAL	5
JURÍDICA.....	7
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	7
GESTÃO DE PESSOAS.....	7
AVALIAÇÃO ATUARIAL	8
DESPESAS DE CUSTEIO	8
LICITAÇÕES E CONTRATOS.....	8
CONTABILIDADE.....	8
Execução Orçamentária – RECEITAS	9
Execução Orçamentária – DESPESAS	9
TRANSPARÊNCIA	9
CRP – CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA.....	9
DEMAIS CERTIDÕES DE REGULARIDADE.....	9
ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO	10
CONCLUSÃO	11

INTRODUÇÃO

O presente relatório foi elaborado por esta Controladoria Geral do Município de Iguaba Grande, criada e regida pela Lei Municipal nº 1.228/2017, com o fito de análise das ações e procedimentos ocorridos no âmbito do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Iguaba Grande – PREVIGUABA, do período compreendido de Julho a Dezembro de 2022.

A realização deste trabalho, considerando o escopo de atuação desta Unidade de Controle Interno, baseou-se nos procedimentos e técnicas de controle compreendendo o exame dos documentos, a observação física de bens, comparativos entre previsão e execução, entrevista com servidores, Diretores de Benefícios, Administrativo-Financeiro e Ordenador de Despesa, além da análise de ambiente, com vistas a formar opinião sobre a suficiência ou inadequação dos controles existentes, bem como a conformidade com os requisitos estabelecidos no manual do PRÓ-GESTÃO.

O trabalho do Controle Interno é de assegurar o alcance dos objetivos, por meio da identificação dos possíveis riscos que possam ameaçar a boa prática de gestão dos processos, tais como cumprimento de prazos, leis e regulamentos etc., com o intuito de geração de melhoria contínua dos processos organizacionais.

ÁREAS ANALISADAS

As áreas analisadas foram escolhidas com base na aderência pretendida do PRÓ- GESTÃO, a fim de verificar as conformidades e gerações de informações gerenciais para tomada de decisão dos gestores do Instituto baseado nos documentos disponíveis e nas rotinas de execução das áreas escolhidas.

BENEFÍCIOS E SEGURADOS

Foram concedidas **08 Aposentadorias**, sendo **04 por Tempo de Contribuição**, por **Incapacidade Permanente** e **03 por Idade**, bem como **00 Pensões**, perfazendo um total de **08 BENEFÍCIOS**.

APOSENTADORIAS	
QUANT	TIPO
03	IDADE
01	INCAPACIDADE PERMANENTE
04	TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
08	TOTAL

BENEFÍCIOS	
QUANT	TIPO
08	APOSENTADORIAS
00	PENSÕES
08	TOTAL CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS

Fs.

Em análise aos processos de concessão de benefícios, observou-se que as informações guardam paridade sob os aspectos formais quanto à legislação vigente para a referida concessão.

Utilizando da técnica de amostragem esta unidade de controle considerou uma amostra de 100% (cem por cento) para análise dos processos tanto para concessão de aposentadorias quanto para pensões, considerando o baixo numero de processos analisados, sendo assim, foram analisados ao todo 08 (oito) processos.

Os processos foram escolhidos aleatoriamente a fim de verificar as conformidades no que tange aos enquadramentos dos benefícios concedidas com as legislações vigentes.

Em análise aos processos, verificou-se que as concessões obedeceram as formalizações quanto à legislação, bem como com suas devidas assinaturas, publicações de portarias, e envio dos processos ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

FOLHA DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIOS

No que tange às folhas de pagamento dos benefícios de aposentadorias e pensões foram disponibilizadas as seguintes informações no semestre:

TIPO	JUL R\$	AGO R\$	SET R\$	OUT R\$	NOV R\$	DEZ R\$
APOSENTADORIA PMIG	441.279,59	449.853,93	524.474,51	492.936,56	493.542,56	968.989,83
PENSIONISTA PMIG	63.984,53	62.603,41	62.603,41	62.603,38	62.603,41	124.900,97
APOSENTADORIA CMIG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PENSIONISTA CMIG	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	505.264,12	512.457,34	587077,92	555.539,94	556.145,97	1.093.890,80

Ademais, em análise dos processos de pagamentos supracitados, não foi vislumbrado qualquer tipo de erro ou ocorrência que desabonasse a condução do processo desde a abertura até o pagamento.

INVESTIMENTOS E META ATUARIAL

Os investimentos guardam paridade no que tange ao enquadramento da determinação da SPREV segundo a Portaria 402/08, consolidada.

A fim de demonstrar de forma sintética as aplicações foram disponibilizadas conforme planilhas abaixo segregadas em carteira de rendimentos Fixa e Variável. Os quadros analíticos encontram-se no portal da transparência, onde são discriminados cada fundo de investimento e suas assets.

Foi observado que as aplicações dos fundos fixos e variáveis de investimentos, para o ano de 2022, guardam paridade com os limites estabelecidos na Resolução nº 4.963/2021 do Conselho Monetário Nacional.

MÊS	RENDA FIXA R\$	RENDA VARIÁVEL R\$
JULHO	19.151,43	443.119,60
AGOSTO	384.539,52	823.122,01
SETEMBRO	512.511,76	-13.101,10
OUTUBRO	571.110,36	30.884,23
NOVEMBRO	-148.565,29	-690.569,91
DEZEMBRO	3.569.805,02	-885.614,47

APLICAÇÃO	RENDA FIXA %	RENDA VARIÁVEL %
2º SEMESTRE	2,35%	2,5%

META ATUARIAL no período	4,89%
RETORNO	11,64%

Em análise às atas do comitê de investimentos, verificamos que as informações confrontadas aos quadros dos relatórios de investimentos disponibilizados no site da empresa de consultoria Crédito e Mercado, guardam paridade no que tange aos enquadramentos dos investimentos junto a Resolução 4.963/2021 e Política de Investimento aprovada para o exercício vigente.

Cumprir Informar que foi disponibilizada a Política de Investimentos para o ano de 2023 elaborada pelo Comitê de Investimentos, e aprovada pelo Conselho de Administração, conforme demonstrada no portal da transparência.

Quanto aos Resgates e Aplicações que são efetuadas por meio das APRs, que é o Formulário padrão para a movimentação junto as instituições financeiras, verificamos que as autorizações constam em ata, bem como as mesmas estão devidamente assinadas e se encontram no portal da transparência. Além de guardarem paridade com os dispositivos da Portaria MTP nº 1467/2022.

Ainda sobre as APRs, após análises, verificou-se que no semestre as aplicações dos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro totalizou o montante de R\$ 3.838.530,17 (três milhões oitocentos e trinta e oito mil quinhentos e trinta reais e dezessete centavos), e os resgates em R\$ 2.665.024,84 (dois milhões seiscentos e sessenta e cinco mil vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos). Estas movimentações foram aprovadas e devidamente assinadas.

Em relação a meta atuarial no período, apesar de haver um avanço em relação ao semestre anterior, pudemos verificar ainda não foi atingido a meta conforme o quadro disponibilizado acima. Sendo um dos fatores para o não atingimento a pandemia mundial que desacelerou o mercado financeiro conforme informações retiradas dos relatórios da empresa de consultoria disponibilizados pelo Setor Responsável.

Ademais, foi verificado que os membros do Comitê de investimentos estão com suas certificações em dia.

Nessa mesma esteira, foram analisados os documentos das instituições financeiras credenciadas apresentadas pelo setor responsável conforme tabela abaixo, e não vislumbramos qualquer tipo de óbice nas documentações.

RELAÇÃO DAS ENTIDADES DE INVESTIMENTOS CREDENCIADAS	
MIRAE ASSET	09.095.455/0001-02
BANCO BNP PARIBAS BRASIL AS	01.522.368/0001-82
SANTANDER SECURITIES SERVICES BRASIL DTVM AS	62.318.407/0001-19
ATINA AGENTES AUTONOMOS DE INVESTIMENTOS LTDA	40.171.197/0001-46
GF GESTÃO DE RECURSOS LTDA	09.630.188/0001-26
SCHRODER INVESTMENT MANAGEMENT BRASIL LTDA	92.886.662/0001-29
BEM DTVM LTDA	00.066.670/0001-00
BRAM BRADESCO ASSET MANAGEMENT DTVM SA	62.375.134/0001-98
GERENCIAMENTO DE ATIVOS DO XP VISTA	16.789.525/0001-98

O Setor responsável pelo investimento, disponibilizou os relatórios analíticos de investimentos dos meses de julho, agosto, setembro, outubro, novembro e dezembro, onde é demonstrado a situação financeira dos fundos no que tange aos enquadramentos, rentabilidades e riscos. Os relatórios foram devidamente apreciados e aprovados pelo Comitê de Investimentos e Conselho Fiscal.

Cumpra informar que as informações e os acessos ao site da empresa de consultoria foram disponibilizados pelo setor responsável conforme solicitação em entrevista.

Por fim, os demonstrativos da DPIN - Demonstrativo da Política de Investimentos e o DAIR - Demonstrativo de Aplicações e Investimentos do Recursos, encontram-se devidamente lançados junto ao Sistema da Secretaria de Previdência - CADPREV.

JURÍDICA

Ao final do semestre, observou-se que as Manifestações Jurídicas, Decretos e Minutas foram respondidos e/ou encaminhados dentro do prazo, para que as providências cabíveis dos Órgãos competentes sejam tomadas.

GESTÃO DE PESSOAS

A responsabilidade pela gestão do Instituto, está por conta do Presidente **Rogério Maia Vieira** e da Diretoria Executiva relacionada no início e conta com um quadro total de 18 servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão, sendo 02 servidores cedidos pela Prefeitura Municipal e 16 nomeados para cargos de provimento em comissão, instituídos pela Lei nº 1.228/207, de 21 de março de 2017.

Foi verificada a regular alocação dos recursos humanos.

A execução da Folha de Pagamento dos servidores do PREVIGUABA, apresentou os seguintes valores:

TIPO	JUL R\$	AGO R\$	SET R\$	OUT R\$	NOV R\$	DEZ R\$
SERVIDORES DO PREVIGUABA	64.598,36	112.922,01	82.014,77	78.337,81	76.694,41	132.210,13

AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial em 2022, relativo à data base de dezembro de 2021, ficou a cargo da empresa VPA Consultoria Atuarial, contratada para esse fim.

De fato, até o encerramento do semestre, não foi efetuado e entregue o relatório da Avaliação Atuarial, assim como a informação no sistema CADPREV, do envio do Demonstrativo dos Resultados da Avaliação Atuarial – DRAA.

Nos últimos anos tem sido recorrente a observação com relação a qualidade dos dados cadastrais dos servidores, oferecidos para realização dos cálculos, carentes de atualização e faltando informações relevantes e que comprometem o resultado.

Em 2021 foi alterado o índice de contribuição de 11% para 14%, conforme Lei nº 1.361/2021, de 16 de março de 2021.

O cálculo atuarial preliminar, apresentado com base nos dados apresentados, gerou um déficit de R\$ 225.004.226,45 (duzentos e vinte e cinco milhões quatro mil duzentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos), conforme ultima avaliação cinstante do site da Previgubaba.

DESPEAS DE CUSTEIO

A taxa de administração para o ano de 2022 foi determinada pela Lei Municipal 1361/2021, equivalente a 3% do total da folha dos servidores ativos em Dezembro/2021, totalizando R\$ 247.393.825,40 (duzentos e quarenta e sete milhões trezentos e noventa e três mil oitocentos e vinte e cinco reais e quarenta centavos) conforme avaliação atuarial realizada pela VPA, data focal 31/12/2021.

Foram liquidados, de julho a dezembro/2022, R\$ 2.216.199,16 (Dois milhões, duzentos e dezesseis mil, cento e noventa e nove reais e dezesseis centavos) em gastos administrativos, correspondendo a parcela de 2,07% constantes do orçamento anual.

O exame documental da despesa revelou regularidade de instrução formal.

LICITAÇÕES E CONTRATOS

Foram verificados todos os processos referentes a compras e serviços do exercício de 2022, sendo que os mesmo passaram pela fasesd das despesas, empenho, liquidação e apagamento, inclusive aqueles oriundfos de certames de licitação e ou dispensa, sendo todos achados regualres.

CONTABILIDADE

Os procedimentos contábeis do Instituto foram executados de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

As demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente suas operações, verificados os lançamentos e conciliações.

Execução Orçamentária – RECEITAS

TOTAL DAS RECEITAS ATÉ 31.12.2022 (Orçamentária e Intra-Orçamentária)		
Previsão Atualizada Anual	Receitas Realizadas	Resultado
10.262.552,00	11.390.773,20	1.128..221,20

O resultado orçamentário superavitário da receita, superior aos 10,99% do semestre, em relação ao previsto para o ano de 2022, ocorreu em virtude de a arrecadação ter sido maior que o previsto até

30.12.2022.

APORTES FINANCEIROS RECEBIDOS ATÉ 31.12.2022		
Folha de Pagamento	Taxa de Administração	Resultado
0,00	0,00	0,0

Não foram efetuados repasses para a cobertura de insuficiências financeiras, com o fechamento da folha de pagamentos dos inativos que fazem parte do grupo vinculado ao plano financeiro.

Execução Orçamentária – DESPESAS

TOTAL DAS DESPESAS ATÉ 31.12.2022 (Orçamentária e Intra-Orçamentária)			
Orçamento Inicial	Previsão Atualizada	Despesas Executadas	Resultado
10.262.552,00	10.262.552,00	9.0448,114.10	1.214.437,90

TRANSPARÊNCIA

O PREVIGUABA tem buscado assegurar a atualização do site www.previguaba.rj.gov.br onde são expostas as atividades desenvolvidas, dentre as quais: Balanços, Balançetes, Política de Investimentos, Atas dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Comitê de Investimento, Relatório de Risco de Mercado, Legislação e outras informações que venham fomentar e facilitar a vida dos servidores ativos e inativos, respeitando assim os princípios da administração pública.

CRP – CERTIFICADO DE REGULARIDADE PREVIDENCIÁRIA

O CRP venceu encontra-se IRREGULAR.

DEMAIS CERTIDÕES DE REGULARIDADE

Tivemos acesso a CND – Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, atestando que não constam pendências em relação ao PREVIGUABA.

ADESÃO AO PROGRAMA PRÓ – GESTÃO

O PREVIGUABA não formalizou sua adesão ao Programa Pró-Gestão, no ano de 2022, no nível de aderência I. Para fins de certificação, esta Controladoria analisará, em momento oportuno, se o Instituto atingirá as 24 (vinte e quatro) ações previstas e estabelecidas no Programa de Certificação Institucional.

O PREVIGUABA vem adotando as providências necessárias para a regularização e adesão ao Pró-Gestão/2022.

Para verificar essas ações, será instituído um check-list para verificar quais ações estão em conformidade com o que determina o manual do Pró-Gestão RPPS.

45

ANÁLISE DOS REQUISITOS PARA ADESÃO AO PRÓ - GESTÃO		CONTEMPLAÇÃO REQUISITO	
		SIM	NÃO
AÇÕES	CONTROLE INTERNO		
1	Mapeamento das atividades das áreas de atuação do RPPS	x	
2	Manualização das atividades das áreas de atuação do RPPS	x	
3	Capacitação e Certificação dos Gestores e servidores das áreas de risco	x	
4	Estrutura de Controle Interno	x	
5	Política de Segurança da Informação	x	
6	Gestão e Controle da base de dados cadastrais dos servidores ativos, aposentados e pensionistas	x	
	GOVERNANÇA CORPORATIVA		
7	Relatório de Governança Corporativa	x	
8	Planejamento	x	
9	Relatório de Gestão Atuarial	x	
10	Código de Ética da Instituição	x	
11	Políticas Previdenciárias de Saúde e Segurança do Servidor		x
12	Política de Investimentos.	x	
13	Comitê de Investimentos	x	
14	Transparência	x	
15	Definição de limites de alçadas	x	
16	Segregação das atividades	x	
17	Ouvidoria	x	
18	Diretoria Executiva	x	
19	Conselho Fiscal	x	
20	Conselho de Administração	x	
21	Mandato, representação e recondução	x	
22	Gestão de Pessoas	x	
	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA		
23	Plano de Ação de Capacitação	x	

ds

24	Ações de diálogo com segurados e a sociedade	x	
----	--	---	--

Em análise ao Check-list, verificaremos quais das 24 (vinte e quatro) ações o PREVIGUABA contempla e quais necessitam de adequação.

Dessa forma, procederemos a uma série de RECOMENDAÇÕES que o PREVIGUABA necessitará para atingir os percentuais que o enquadrará no Nível I da certificação.

CONCLUSÃO


Esta Controladoria Geral realizou as análises das informações prestadas visando verificar as conformidades com as legislações da Secretaria de Previdência - SPREV e das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público.

Como parte do trabalho foi utilizada a técnica de amostragem em alguns processos administrativos para confrontar as informações prestadas nos relatórios das áreas analisadas.

Diante do exposto, os procedimentos administrativos foram operacionalizados em conformidade com bons padrões de ética, segurança e economicidade. As análises foram feitas com base nos relatórios das áreas apresentadas, bem como suas demonstrações contábeis e financeiras refletem adequadamente as operações.

Por fim, tendo em vista as recomendações supracitadas, informamos que serão pontos de avaliações para o próximo Relatório do 1º Semestre de 2023.

Iguaba Grande, 04 de abril de 2023.


Flávio Bueno Carino
 Controle Interno

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE IGUABA GRANDE

R. Altieres Mello dos Santos, 20 - Cidade Nova, Iguaba Grande - RJ, 28960-000
 Telefones: (22) 2624-1334 | (22) 98137-7637